



SINDICATO TRABALHADORES DA SAUDE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
Praça da República, 56 – 4º - 4050-496 PORTO

COMUNICADO Á IMPRENSA

AO CONTRÁRIO DO QUE PRETENDE O GOVERNO, É PRECISO VALORIZAR O TRABALHO SOCIAL

Não podemos deixar de nos indignar da forma como o Governo fez entrar à socapa para votação um documento desta importância, e sem ouvir especialistas, atores relevantes, as principais Associações de combate à pobreza, as Instituições de Solidariedade Social e os Sindicatos representativos do Sector Social. É sinal de total desrespeito pelas pessoas em situação de pobreza e de todos os que todos os dias lutam e trabalham pela sua erradicação.

A mais recente decisão do governo que consiste em juntar no mesmo saco 13 prestações sociais e obrigar os beneficiários à prestação de 15 horas semanais de trabalho social, desde logo pela insensibilidade que denota em relação à dignidade das pessoas, merece por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social o mais vivo repúdio. Subjaz a esta decisão a ideia de que os beneficiários são de algum modo culpados pela sua pobreza e, como tal, devem cumprir uma pena através do trabalho, como se o trabalho fosse uma espécie de castigo.

Mas, sobretudo no que respeita ao trabalho realizado nas instituições de solidariedade, designadamente IPSS e Misericórdias, esta decisão do governo é especialmente grave e denota um total desconhecimento da realidade do setor e ao mesmo tempo um aprofundamento da desvalorização dos seus trabalhadores já patente na baixa contribuição do Estado para as instituições que se vem a refletir nos mais baixos salários pagos em toda a economia portuguesa. Esta tentativa do governo, com o apoio claro da extrema direita parlamentar, de passar a ideia de que o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores das instituições pode ser feito por qualquer um, não só é desmentida pela prática do dia a dia, como denota um total desconhecimento em relação a um passado próximo, na altura do Covid, em que se tentou reconduzir trabalhadores sem condições ou formação para laborar nas estruturas residenciais, sem qualquer sucesso.

Pretendeu-se na altura a colocação nestas estruturas de trabalhadores cujos conteúdos funcionais não se adequam com o trabalho que ali é realizado, como é o caso, entre outros, de Ajudantes de Ação Educativa que foram colocadas em ERPIs (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) a fazerem higiene pessoal a idosos acamados ou a coisa mais estapafúrdia que poderia passar pela cabeça de alguém que seria o “desvio” de trabalhadores da hotelaria e turismo para a realização do trabalho altamente especializado realizado pelas Ajudantes de Ação Direta.

Hoje como então o que Luís Montenegro e o governo pretendem na realidade é desvalorizar os elevados níveis de formação e competência que tem atualmente esta classe profissional, como se de trabalhadores indiferenciados se tratasse e assim normalizar os baixos salários auferidos por estes profissionais e ao mesmo tempo lançar uma nuvem de fumo sobre os reais problemas das pessoas como os elevados custos da habitação, dos géneros de primeira necessidade, dos combustíveis e da energia, esses sim que deveriam ser a prioritária preocupação do governo, mas para os quais não consegue ou não quer apresentar soluções.

O trabalho social é um trabalho altamente especializado e não deve servir como uma pena para quem está em situação de pobreza.

Porto, 01 de junho de 2026

Pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social

O Coordenador: Joaquim Espírito Santo